

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA

Autora: Ivaneide Soares Ferreira

Orientador: Profº Fabio Bernardo da silva

JUÍNA/2017

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA

Autora: Ivaneide Soares Ferreira

Orientador: Profº Me. Fabio Bernardo da silva

“Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da AJES - Instituto Superior do Vale do Juruena, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia”.

JUÍNA/2017

AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Marina Silveira Lopes

Prof^a. Dra. Sabrina Peviani Messa

ORIENTADOR

Prof. Me. Fábio Bernardo da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente por ter me abençoado e guiado meus passos nesta caminhada. Também agradeço imensamente a minha família, que mesmo estando longe estão torcendo por mim e pela minha formação, pois foram de fundamental importância na conclusão deste curso com êxito.

Assim também, aos professores, que puderam de certa maneira conduzir minha turma aos conhecimentos, e principalmente ao meu amigo Salatiel que sempre esteve do meu lado como professor me incentivando e me ajudando todos esses anos para que eu pudesse chegar até aqui. Além disso, gostaria de agradecer minhas amigas que me ajudaram no decorrer do curso, Maria Lucia Miranda, Juliana Guimarães, Jaqueline Guedes Russo, que nunca mediram esforços para me ajudar no que precisei, com quem dividi grande parte do tempo de faculdade, sempre fazendo trabalho juntas sempre me ajudando, colaborando com meu crescimento.

Ao meu orientador Marcus Nascimento Coelho, que não mediu esforços para me auxiliar, sanando todas as minhas dificuldades e se empenhado para que este trabalho fosse finalizado.

Quero agradecer ainda, a instituição AJES - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, a qual me proporcionou a oportunidade de estar me formando no curso de Licenciatura em Pedagogia.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente à Deus que me deu força para chegar até aqui, a minha mãe Alda Soares de Souza Ferreira, que se não fosse pelo seu incentivo não estaria estudando, as minhas queridas irmãs, Ivone Soares Ferreira e Aparecida Soares Ferreira, que mesmo estando longe estão torcendo por mim e também a minha amiga Cleide Alfredo Torres e sua família que me deram incentivo para ingressar na faculdade e me ajudaram todos esses anos.

Dedico este trabalho aos meus colegas de sala e principalmente a Maria Lucia Miranda, pois foi com ela que aprendi a não desistir quando a caminhada estava longa demais e o fardo bastante pesado, e também aos professores que adquiri durante o curso que foram de suma importância para que eu pudesse chegar até aqui.

EPIGRAFE

Mudar é difícil, mas é possível.
PAULO FREIRE

RESUMO

A presente pesquisa teve por desígnio analisar como a educação influencia o papel da mulher na sociedade, a forma como ela persiste sendo tratada historicamente. Traça a relação entre sociedade, cultura e educação desde a pré-história brasileira até os dias atuais demonstrando como a sociedade reage as modificações legais e históricas sob a perspectiva feminina. O mesmo se utiliza de fontes bibliográficas que procuram comprovar sua trajetória e função em diferentes épocas na sociedade, descrevendo sobre os preconceitos, com relação educação e a desigualdade de gênero. A pesquisa ainda identificou como a educação auxilia na conquista dos direitos das mulheres, podendo atuar em qualquer setor público dentro da sociedade. Dessa forma, analisou a importância da escolarização para a formação educacional e capacitação na vida profissional da mulher. Usa como referências históricas Baseggio, Piletti, Borin, e Priori como uma referência teoria para a discussão do papel da mulher na contemporaneidade.

Palavras-chave: Cultura, mulher, Educação, Sociedade.

ABSTRACT

The present research aims to analyze how education influences the role of women in society, how it persists being treated historically. It traces the relationship between society, culture and education from Brazilian prehistory to the present day, demonstrating how society reacts to legal and historical changes from the perspective of women. The same is used of bibliographical sources that seek to prove their trajectory and function in different periods in society, describing on the prejudices, with respect to education and the gender inequality. The research also identified how education assists women in their rights and can work in any public sector within society. Thus, she analyzed the importance of schooling for educational training and training in the professional life of women. It uses as historical references Baseggio, Piletti, Borin, and Priori as a reference theory for the discussion of the role of women in the contemporary world.

Keywords: Culture, Woman, Education, Society

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA | 11 |
| 3 A MULHER COMO ESTUDANTE E COMO EDUCADORA..... | 20 |
| 4 OS AVANÇOS LEGAIS E SOCIAIS A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL | 27 |
| 5 METODOLOGIA | 31 |
| 6 CONCLUSÃO | 33 |
| REFERÊNCIAS..... | 35 |

1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI ainda subsiste a diferença entre os papéis masculinos e femininos na sociedade, principalmente nas questões ligadas ao trabalho, remuneração e mesmo importância afetiva o que se tornou fonte de pesquisa e discussão, já que a igualdade feminina vem sendo preconizada desde a década de 60 do século passado.

A mulher era vista como um ser destinado à procriação e os afazeres domésticos. Sempre lhe foram impostos o cuidado com os filhos e com o marido, vistas como um ser sem vontade própria e se soubessem ler mais que uma oração ou uma receita culinária se tornariam um mal para a sociedade da época. Ao longo de sua história lhe foram atribuídos modelos que a deixavam reprimida e subalterna ao homem.

Esta pesquisadora tem plena consciência do poder de transformação que a educação pode ter. Assim a questão orientadora deste trabalho é: Qual contribuição da educação na conquista dos direitos da mulher na sociedade atual? Especificamente a sociedade brasileira, portanto, o objetivo é analisar como a educação contribuiu para a manutenção ou emancipação da figura feminina.

Desta forma, o trabalho optou-se por uma pesquisa explicativa – explica o porquê das coisas, visando identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos e como procedimentos técnicos por uma pesquisa bibliográfica – a partir de material já publicado, assim tornado um material de consulta para outros pesquisadores.

A pesquisa bibliográfica, como mencionado, recorre a fontes e estudos já publicados para descrever o fenômeno da relação entre a mulher, a educação e o desenvolvimento social buscou-se autores já consagrados e com diversas publicações na área como (Baseggio) (Piletti) (Borin), entre outros, muitas das generalizações devidamente pontuadas pela autora decorrem destas fontes as observações as notas de rodapé cumprem a função de pontuar tais momentos bem como apresentar a posição da pesquisadora e para a função explicativa e analítica recorre-se a Del Priore, principalmente pelo volume de obras que foram analisada durante a escrita do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a Trajetória da mulher na sociedade brasileira desde o Brasil pré-colonial até as figuras de Dilma Rousseff e Carmem Lucia, o objetivo deste tópico é apresentar de forma resumida o desenvolvimento e a conquista de espaços públicos pela mulher.

O terceiro capítulo tem como tema: a mulher como estudante e como educadora que irá discutir quais são as reações típicas da estudante e da educadora diante dos diversos modelos educacionais apresentados.

O último capítulo discorre sobre os avanços legais e sociais a partir da revolução industrial. Acompanha as modificações constitucionais e suas respectivas mudanças sociais da mulher.

Na conclusão são retomados os conceitos de manutenção e transformação da educação na tentativa de compreender o papel da educação transformadora não apenas para uma elite intelectual ou econômica, mas para todas as mulheres.

2 A TRAJETÓRIA DA MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA

No Brasil, segundo Borin (2007, p. 35), “Os povos que inicialmente o habitavam eram os índios, onde entre eles já havia uma divisão sexual do trabalho, tanto no campo, como dentro de casa”.

Em algumas culturas¹ indígenas já havia a divisão entre o trabalho feminino e masculino, no qual os homens construíaam ferramentas que facilitavam a caça como, por exemplo, arcos, flechas, canoa para facilitar a locomoção nos cursos de águas, dentre outros. Já as mulheres tinham atividades voltadas para os afazeres domésticos, como panelas de barro, redes de fios de algodão, para melhor aconchego de seus filhos (BORIN 2007).

“E quanto à força produtiva, foram às mulheres, muito mais do que os homens que asseguraram as produções e a agricultura para a subsistência antes da chegada dos portugueses” Baseggio (2015, p. 21), As atividades do campo eram quase todas as entregas às mulheres, como as do lar. As mulheres nativas já estavam submetidas ao marido e os trabalhos domésticos, muito antes da chegada dos colonizadores, as crianças do sexo masculino eram doutrinadas a tratar a mulher de forma inferior, sendo atribuídos os ensinamentos e as tradições que o homem deveria se considerar sempre superior as mulheres.

Com a chegada dos jesuítas foram impostos novos costumes e hábitos, contudo, a situação de submissão feminina permanece. De acordo com (PILLETI, 1990), os jesuítas se espalharam pelas regiões do Brasil e, percebendo que seria impossível converter os índios à Igreja Católica sem ao menos ter lhe ensinado a ler e escrever implantou nas aldeias métodos educacionais, para que os nativos pudessem ler e escrever e aprender os costumes de Portugal.

Os povos indígenas receberam os colonizadores de modo distinto, porquanto as mulheres nativas viam os senhores como deuses de outro mundo, sendo assim, no primeiro momento mantiveram atos sexuais com os mesmos, em troca de objetos. De uma cultura onde o sexo não recebia a carga de culpa e preconceito como a europeia está liberalidade que incluía em algumas etnias a

¹ Cultura tomando em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LARAIA 1986, p.25).

poligamia², chocou e encantou os primeiros colonizadores, a tal ponto que os padres se queixavam continuamente do que consideravam uma promiscuidade desenfreada pedindo insistentemente à corte portuguesa a vinda de mulheres brancas, muitas originárias das rodas dos expostos³ para se casarem com os brancos. (FREYRE 2003).

As índias foram às primeiras mulheres a serem localizadas pelos homens e quando as viram ficaram excitados pelo fato de verem-nas despidas. Desta forma, a nudez das belas mulheres indígenas estimulava a sensualidade e a luxúria dos homens brancos, sendo assim, os mesmo às usavam como objeto sexual (BORIN 2007).

Ao longo dos séculos os jesuítas conseguiram se comunicar na América portuguesa através de cartas, no entanto, as índias eram vistas nos textos escritos como mulher selvagem pecadoras, por desempenhar trabalho para sustento da tribo (LIMA 2006).

Ao longo do período os colonizadores perceberam que escravização dos indígenas estava falhando, no entanto os colonizadores perceberam que precisariam de trabalhadores mais resistente, em vista disso, encontrou-se nos africanos o que precisavam, e o tráfico de escravos passou a ser predominador no período colonial, na qual as negras e negros eram trazidos de forma tortuosa, em péssimas condições sujeito a fome e doença, para prestar serviços aos seus senhores, os homens negros prestavam serviços braçais no campo já as mulheres eram escravas das grandes famílias no entanto, Com a separação da casa grande e da senzala, houve-se uma necessidade de trazer mais negras para a senzala, pois seria relevante dispor de mais negras para gerar mais mão de obra, contando-se com um ato multiplicador de união conjugal de uma pessoa com várias outras, consistindo em uma mistura de raças diferentes (BASEGGIO 2015).

²[...] poligamia tendo existido e existindo ainda entre tribos que se conservam intactas da influência moral Europeia. E "não só os chefes, como todos os fortes - os que podem manter família grande - casam-se com muitas mulheres (FREYRE,2003 p.83).

³ Marcilio (2006,p.3) foram fundadas três Rodas dos Expostos ou Casa da Roda durante o período colonial: no ano de 1726 na cidade de Salvador, em 1738 no Rio de Janeiro e em 1789 em Recife. Posteriormente outras dez Rodas de Expostos foram criadas no país. A instituição era assim denominada por possuir um mecanismo giratório, em que a criança poderia ser depositada, permitindo o anonimato do indivíduo que a abandonava.

Freyre (2003) comenta da proliferação da sífilis no Brasil colonial via a promiscuidade sexual, onde o senhor branco sífilítico usava de mulheres negras, índias e mulatas que por sua vez infectadas transmitiam a bactéria para seus eventuais parceiros. Desta forma esta doença era repassada para as famílias e para as novas senzalas onde permaneciam as outras negras e negras, em um círculo de infecção generalizada.

Se a posição de subserviência absoluta via a escravidão, era a perspectiva da maioria das negras, índias e mulatas a mulher branca também não tinha melhores perspectivas.

Baseggio (2015) e Freyre (2003) confirmam que as mulheres brancas que chegavam ao Brasil Colonial vinham designadas para serem tão somente de cuidado com a prole e viver junto com os seus criados, com pouca ou nenhuma interferência na vida social. Estavam destinadas somente à família: ao casamento, canção e orações. Segundo Cravo (1973, p. 11), “uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isto seria um perigo para o lar”.

Para o autor, uma mulher com conhecimentos mais apurados além da oração e de uma receita culinária, seria um perigo para a família. Novamente a mulher é excluída de se instruir, se manifestar e de alcançar qualquer outra realização pessoal que fosse além da esfera doméstica, tendo que enfrentar os preconceitos da sociedade.

Devido à influência e ideias sociais e do comportamento trazido da Europa, não mudou muito a vida e a postura da mulher brasileira, pois permaneceu atrelada à aceitação de que o lugar delas era apenas no ambiente domiciliar.

Reforçando esta idéias, Baseggio (2015) no Brasil foram fundados os conventos a partir do século XVII, onde a mulher brasileira teria espaço e acesso à educação mesmo sendo voltada para preparação para o casamento, o qual deveria ser a maior aspiração das mulheres. A Igreja Católica determinava os ensinamentos voltados à submissão ao seu marido e também a sociedade, qualquer violação desta cultura era inaceitável pela sociedade. As mulheres sendo da elite ou não eram subalternas ao seu senhor, pai ou marido. A mulher teria exclusivamente o papel de dona do lar, mãe e esposa e qualquer tentativa de romper este quadro eram tidas

como bruxas, feiticeiras, adúlteras. Eram tratadas como um mal e o seu exemplo era usado como um atentado a boa imagem feminina. Sendo assim até o século XIX (mais explicitamente 1808) a mulher deveria ocupar-se por inteiro e confinar-se no espaço doméstico. Deveria ser educada para a dedicação exclusiva às tarefas de casa e à educação dos filhos.

De acordo com Del Priore (1994, p. 11):

A mulher tem surgido recorrentemente sobe a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de imobilidade auto-sacrificada submissa, sexual e materialmente e reclusa com rigor, a imagem da mulher de elite, opõem - se a promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados.

Ambas, a submissa mulher branca e a lasciva mulher negra escrava eram vítimas e mantenedoras de um sistema de opressão masculino e a educação formal não fazia nada para mudar este sistema, ao contrario servia para sua justificativa moral. A igreja (e o seu braço educacional) estava de mãos dadas com a poder do homem.

Pilleti (1990) comenta que com a vinda da família real portuguesa (1808) e com a independência (1822) a preocupação do governo, no que se refere à educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país, no intuito explicito de estabelecer na colônia, elevada a sede da corte, a formação de uma burocracia que permitisse gerir o estado. Então era natural que invés de ser criado um sistema educacional para os brasileiros, fosse criado um sistema educacional voltado para a elite que acabava de chegar.

De acordo com Borin (2007), a educação não era valorizada nesta época, porém, após a chegada da família real obteve-se algumas mudanças, contudo, alguns costumes referentes à mulher brasileira permaneceram. Ainda assim, no final dos anos 1808 surgem algumas oportunidades de ensino laico⁴, que seria primordial para a mulher brasileira, indo além de o mero aprender a costurar, bordar e também aprender sobre religião. As responsáveis por estas mudanças foram às portuguesas,

⁴ O Estado laico não adota a religião da irreligião ou da anti-religiosidade. Ao respeitar todos os cultos e não adotar nenhum, o Estado libera as igrejas de um controle no que toca à especificidade do religioso e se libera do controle religioso (CURY 2004, P.183).

francesas e algumas alemãs, vindas com a família real que propiciaram um aumento de um horizonte intelectual.

O mesmo autor relata que nas décadas de 30 e quarenta do século XIX, foi criada a Escola Normal no Brasil, no entanto ela foi extinta e reorganizada somente nos anos de 1859, e reinaugurada a partir do ano de 1862 trazendo determinadas habilidades manuais. As atividades que concebiam relacionar a mulher à natureza, com objetivo de facilitar a entrada de meninas das classes populares no comércio, principalmente para aquelas que não conseguiram alcançar o matrimônio, sendo assim deixariam de ser um peso para a sociedade.

É digno de nota como a escola vai ser aberta e fechada ao longo do tempo, não seria isto o sinal de alguma crise administrativa ou de fins pedagógicos? Talvez por estes mesmos fins: facilitar a entrada de meninas das classes populares que não conseguiram alcançar o matrimônio, ou seja, o casamento ainda era o matrimônio para toda a menina que se prezasse apenas aquelas que não conseguiram ter como prêmio de consolação e para que não fosse um peso para a sociedade, lhes era dada a oportunidade de uma formação técnica.

Caracteriza Borin (2007), que o movimento feminista no Brasil surgiu em meados do século XIX no período da Revolução Francesa sendo um grande marco na história moderna, no que significou mais privilégios para o povo, tendo mais autonomia para reivindicar seus direitos sociais, contendo mais influência a vários tipos de movimento, como movimento trabalhista, feminista entre outros. Porém somente na década de 30 do século seguinte é que se pode notar um movimento coordenado para a emancipação feminina brasileira.

Neste contexto começam a aparecer mulheres que questionavam a situação da mulher. Em Recife surgem, em 1931, duas organizações que pretendem lutar pelos direitos das mulheres: uma representada por Martha de Hollanda e outra por Edwiges de Sá Pereira, duas expressões importantes no cenário intelectual da cidade como poetisas e escritoras. Martha de Hollanda por sua vez se comunica no Rio de Janeiro com Bertha Lutz. Bertha Maria Júlia Lutz, filha do cientista e pioneiro da Medicina Tropical Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler, nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894.

Ainda adolescente, foi completar a sua educação na Europa, onde tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa. Em 1918, aos 24 anos, licenciou-se em Biologia na Faculdade de Ciências de Paris (Sorbonne). Regressando ao Brasil um de seus primeiros passos foi candidatar-se em um concurso para o Museu Nacional, causando assim um impacto perante a sociedade, porém classificou-se em primeiro lugar, constituindo-se na segunda mulher a entrar no serviço público no país. No entanto em sua primeira entrevista, pronunciou que a situação das mulheres no Brasil não lhe agradava, principalmente com relação à feminilidade na política, iniciando a organização de um movimento pela participação da mulher na sociedade (SILVA 2014).

A primeira mulher a entrar no serviço público no país foi Maria José de Castro (Maria José de Castro Rebelo Mendes/1891-1936): Primeira mulher a ingressar no Itamaraty, a nordestina Maria José teve sua inscrição para o concurso recusada e precisou lutar judicialmente pelo seu direito de concorrer. Em 1918, recebeu o resultado da aprovação, classificando-se em primeiro lugar.

O que se pode observar nestes casos como os de Edwiges de Sá e Martha de Hollanda, poetisas e escritoras, Bertha Lutz, bióloga formada de Faculdade de Ciências de Paris, Maria José Castro e outras que lutavam pela mesma causa é a sua formação educacional apenas da elite, conseguida por proventos familiares ou por méritos próprios não importa, mas com certeza não espelhavam a situação educacional da mulher comum nesta época (SOIHET, 2000).

Estas mulheres ao recusarem a fatalidade do destino feminino implícito do discurso machista oficial representado pela própria constituição procuravam tão somente um espaço público comum entre homens e mulheres na mais ampla acepção da palavra e uma educação emancipadora. Sendo assim as mulheres começaram a anunciar a insatisfação que elas tinham de ser dominada pelos homens, questionando sua posição social, contudo há uma maior participação nas esferas das decisões políticas.

De acordo com Borin (2007, p. 40):

Em 1910, as mulheres iniciaram sua luta e a vitória aconteceu somente em 1932. A aceitação do voto feminino foi uma grande conquista eleitoral e representou um avanço nas lutas feministas, mesmo sabendo-se que nesse período o voto era facultativo, ou seja, votava aquela que se interessava pela política e pelos negócios públicos.

Quando a mulher teve acesso ao voto, obteve mais oportunidade como novas formas de pensar e agir, mudança de pensamento e comportamento, porém, este processo foi bastante lento e conflituoso. Opiniões, conceitos e valores, aprofundados por séculos em uma sociedade não mudam em tão pouco tempo.

Os ganhos foram paulatinos, o ingresso nas instituições de ensino, no mundo do trabalho, o direito à licença maternidade de quatro meses, entre outros, desta forma a mulher começa a conquistar direitos dentro da sociedade, porém não igualitário com relação à classe masculina. Estes ganhos desencadeiam forças reacionárias preocupadas com esta nova faceta da mulher brasileira.

De acordo com Duarte (2003, p.158):

E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor”. Mas também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão.

A classe masculina estava culturalmente condicionada a não aceitação das mulheres no mercado de trabalho, e menos ainda que buscassem uma sociedade igualitária. O fato da mulher deixar de exercer funções tidas como “femininas” era visto negativamente para a sociedade machista, pois para os homens seria impossível a mulher trabalhar em empresas, manter o matrimônio, educar os filhos e cuidar do lar.

O cenário brasileiro começa a mudar com o término da Segunda Guerra e o fim do período Getulista e com isso a posição da mulher começa a mudar. Desta forma, o movimento feminista se alastrou com manifestações como queima de sutiãs em praça pública, e libertação da mulher da cadeia reprodutiva. Com o advento e fácil acesso da pílula contraceptiva a mulher possui o controle da concepção, estes movimentos resumem um conceito: Nossos corpos nos pertencem! (BORIN 2015)

A sociedade precisava de mão de obra de diferentes áreas, sendo assim, começa a se pensar na inserção da mulher no mercado de trabalho como componente preponderante a essas mudanças.

A ONU (Organização das Nações Unidas) estabeleceu sua Comissão sobre o Status da Mulher, como o principal órgão de determinação à política destinada exclusivamente à igualdade de gêneros e ao avanço das mulheres. Uma de suas primeiras concretizações foi assegurar a neutralidade de estilo no projeto de Declaração Universal dos Direitos Humanos (TOSCANO 2000).

Em âmbito nacional a mulher disputa, pelo menos, administrativamente todas as funções corporativa sendo assim de acordo com Silva (2012, p.197):

[...] houve participação feminina nas organizações de militância política e nos movimentos de guerrilha e que Dilma Rousseff participou dessas organizações. Essa participação provocou ruptura na história do país, provando que, assim como o homem, a mulher pode combater e conquistar reconhecimento respeito no espaço político.

Nota-se que quando houve uma mulher nas organizações, foi uma prova perante a sociedade que a classe feminina é capaz de se instruir no mundo do trabalho como também conquistar seu reconhecimento na política, assim sendo representada em 2010 a primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff e Carmen Lúcia, a segunda mulher a ocupar a mais alta corte do país, que deixa em suas ações e contatos com a imprensa, transparecer discernimento e a sensibilidade que lhe são atributos.

Da mesma maneira Monteiro (2012, p. 385) “E todo o periódico está repleto de exemplos de mulheres que provaram sua inteligência, se emanciparam, tornando-se vitoriosas nas profissões que escolheram.” Sendo assim a mulher pode atuar em pé de igualdade com os homens, desde que a classe feminina lute para ter uma educação de qualidade.

Segundo Del Priore (1994) é preciso romper com a silenciosa paisagem dos papéis femininos definidos pela história, é preciso rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido, pois para pensar o por quê e o para quê de uma história da mulher brasileira é

preciso abandonar as polarizações e vislumbrar além de seus conflitos e complementaridades, e trama de sua narrativa histórica.

Simone de Beauvoir (1980), escritora francesa e feminista foi uma das apostadoras para a edificação da história da mulher do século XX. O alvo principal de seu trabalho é o de que as mulheres não apresentavam histórias, assim como poderiam aperfeiçoar, avançar nas conquistas do ambiente público e sentir orgulho de si próprias? Seu ato serviu como base e alerta ao movimento feminista. Para Beauvoir (1980, p. 291), “uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade”. A mulher que tem oportunidade de pensar e ser crítica perante a sociedade torna-se mais afetuosa.

3 A MULHER COMO ESTUDANTE E COMO EDUCADORA

No capítulo anterior se procurou acompanhar o desenvolvimento entre a cultura, a educação e a figura feminina dando ênfase a disputa do espaço social realizado pela mulher apesar ou através da educação e como os mecanismos de manutenção e transformação educacionais agem em seus diversos tempos e contextos. O objetivo deste capítulo é discutir, sob esta mesma perspectiva, a figura da mulher como estudante e como educadora colocando a pergunta da seguinte forma: Quais foram as reações típicas da estudante e da educadora nos diversos modelos educacionais apresentados.

No modelo jesuíta este ensino foi ministrado nos conventos propondo a catequese e a formação das mulheres de classe mais alta. Os colégios que foram implantados no ano de 1549, pelos primeiros colonizadores, tinham como objetivo a manutenção de uma estrutura de poder colonial. Sendo assim a educação da mulher branca e da classe masculina foi destinada pelos jesuítas a formar uma classe dominante, naturalmente seguindo o modelo europeu de subserviência. Segundo Stamatto (2002, p. 2) [...] “As mulheres logo ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia”. Podiam e deviam se aperfeiçoar na doutrinação da igreja, que estava voltada ao casamento e afazeres da casa, cuidado com os filhos e ainda controlado pelo marido.

O autor faz notar que a discriminação com relação à educação, foi percebida pelos indígenas, que achando injusto, foram solicitar ao Pe. Manoel da Nóbrega a entrada também das suas filhas na escola de ler e escrever, assim os jesuítas enviaram uma carta à Rainha de Portugal solicitando a permissão necessária para o ensino das mulheres nativas, Contudo Dona Catarina, Rainha de Portugal, negou o pedido pelo fato de que o acesso das mulheres nativas a escolarização poderia causar um mal para a sociedade da época.

A educação jesuíta tinha para com a mulher dois compromissos específicos: para a mulher branca a formação de uma seguidora das palavras da Igreja Católica, cuidadora da moral e dos bons costumes do lar e para a mulher nativa a subserviência, via ignorância, ao marido, no máximo um aprendizado básico para que se possam realizar as tarefas comuns de sobrevivência.

Os modelos educacionais da reforma protestante e da contra reforma vieram mudar este quadro.

Valentin (2010) afirma que os protestantes (assim designados a que aderiam ao movimento liderado por Martinho Lutero) mudaram completamente o panorama educacional da Europa. A igreja católica durante centenas anos teve sobre o seu domínio a preservação da cultura e das formas de educação que eram voltadas para a manutenção de uma cultura feudal.

A reforma protestante tinha como princípio o contato direto do fiel com Deus e por consequência o acesso irrestrito ao texto sagrado. É necessário ter em mente que até este momento todas as missas eram rezadas em latim e as bíblias manuscritas o eram na língua culta da igreja. Lutero fez a primeira tradução de uma bíblia em uma língua vulgar, o alemão, usando de uma recém descoberta o tipo móvel e a imprensa feita por Gutenberg⁵. Além de estabelecer o padrão da língua alemã, divulgou através do livro impresso suas ideias e estabelece um padrão de democratização da informação nunca visto antes.

Para a cultura protestante é fundamental saber ler e a questão educativa foi tratada com muito cuidado influenciando até hoje vários aspectos pedagógicos. Foi oferecida então uma educação geral e mais abrangente, já que todos deveriam ler as Sagradas Escrituras, sem distinção e discriminação. A Bíblia tornou-se o livro mais lido da Europa no século XVII. Seguindo o modelo alemão diversos países começaram o rastro da reforma protestante a se preocuparem com uma educação menos seletiva do que a do modelo católico então vigente.

O movimento da reforma se alastrou pela Europa inteira modificando os centros de poder político e cultural em consequência disto a Igreja Católica promove um movimento de reorganização e a implementação de ações catequéticas em todo o mundo denominado contra-reforma.

Monteiro (2012) descreve que as políticas e os discursos referentes à escolarização das meninas pela igreja católica foram dominados, sucessivamente,

⁵ A imprensa com tipos moveis foi inventada por Gutenberg na década de 1430. O primeiro livro impresso foi a Bíblia, em idioma vernáculo (em alemão). Esse fato foi de fundamental importância à Reforma Protestante, que se desenrolou no século XVI, haja vista que até então a Bíblia era lida em latim e sua circulação não era tão grande tal como passaria a ser a partir da invenção da imprensa. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/invencao-imprensa.htm>>. Acesso em: 31 maio 2017.

não sem conflitos internos já que culturalmente a mulher não deveria saber ler muito menos ter acesso a outro tipo de informação que não seja as prendas do lar, como externamente, em conflito com direto com o impacto da reforma protestante, este conflito tinha então três grandes preocupações: a educação religiosa da Igreja, como conciliar as lições de submissão e obediência que acontecia em geral no texto bíblico com algumas passagens e personagens femininas que em determinados momentos eram as protagonistas da história muitas vezes dominando a ação e se mostrando capazes de desempenhar outros papéis sociais.

Enquanto a bíblia só existia em latim e era então lida pelos padres a escolha dos trechos ficava sob a supervisão direta de uma classe dominante, com a popularização das versões bíblicas nas mais diversas línguas e o aumento constante de leitores e leitoras, como conciliar tais aparentes paradoxos, padres e pastores tiveram que se desdobrar em interpretações que não escondiam o fato de que na história bíblica a mulher desempenha um papel muito maior do que a mulher do lar.

A segunda preocupação apesar de se passarem 270 anos do início da reforma protestante é consequência direta do enfraquecimento do poder central do rei e da igreja. A queda da Bastilha em 1789 marca o início do fim do absolutismo e a entrada no cenário político europeu do Estado Republicano. Este novo modelo de estado irá permitir e solicitar da mulher novas posturas, e as guerras que se travaram entre a monarquia e as propostas de um estado republicano estabelecem o que Monteiro chama de terceira preocupação: a inserção sócia profissional das mulheres no mundo do trabalho, na medida em que a carência de mão de obra faz com que a mulher precise ocupar cargos de trabalho antigamente ocupados por homens (MONTEIRO 2012).

No Brasil o transcurso desta mudança tem outras causas. Como já vimos no capítulo anterior grande parte da educação brasileira estava nas mãos dos jesuítas, o braço missionário e educacional da contra reforma⁶ com o intuito claro de barrar o avanço do protestantismo.

⁶A Contra-Reforma, um movimento de combate às ideias protestantes e a todas as formas de heresia, o qual teve como principais meios à criação de novas ordens religiosas, como a Companhia de Jesus foi criada logo após a Reforma Protestante (século XVI), como uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo. Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza. Objetivos dos jesuítas no período da colonização brasileira:

A saída dos jesuítas e conseqüentemente de toda a sua rede educacional se deu pela reforma pombalina. Um dos principais objetivos do Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777) durante o seu governo em Portugal e nas colônias foi o banimento do trabalho missionário e catequético empreendido pela Companhia de Jesus, nesta ocasião os jesuítas eram considerados um governo dentro do governo apenas recebendo ordens e orientações do Papa e não do Rei. Esta expulsão pode ser considerada a primeira reforma do ensino no Brasil com o objetivo de modernizar uma sociedade ainda com características feudais em prol do desenvolvimento da economia portuguesa para a manutenção e fortalecimento do seu regime absolutista. (SANTANA 2014)

Neste contexto começa a existir a preocupação da classe feminina nas escolas, embora o ensino fosse separado por sexo somente [...] “professoras mulheres podiam dar aulas às meninas e professores homens aos meninos e nunca as meninas estariam ao lado dos meninos na mesma sala de aula”, (STAMATTO 2002, p.3).

Comenta Monteiro (2012, p.375) acerca deste novo contexto:

A fragilidade e a sensibilidade das mulheres não eram mais consideradas aspectos negativos da relação entre físico e moral, mas aspectos positivos do gênero. Mesmo assim, a alfabetização e, principalmente, a escolarização foi realizada de formas diferentes para meninos e meninas e, especialmente nas camadas mais baixas da população, vista como esperança num futuro melhor.

O autor descreve que as mulheres começaram a ter acesso à escolarização, embora ainda diferente da dos homens. Nota-se que talvez pela primeira vez mulheres de classes baixas estão tendo acesso à educação mesmo que esta seja ainda de nível primário. Conforme Santana (2014, p. 145): [...] “Enquanto os homens intensificavam os seus estudos no ensino secundário, às mulheres destinavam-se a aprendizagem acerca da economia doméstica, do bordado e dos bons costumes necessários a uma mulher”. Esta educação ainda está muito marcada pelo que se

-
- Levar o catolicismo para as regiões recém-descobertas, no século XVI, principalmente à América;
 - Catequizar os índios americanos, transmitindo-lhes as línguas portuguesa e espanhola, os costumes europeus e a religião católica;
 - Difundir o catolicismo na Índia, China e África, evitando o avanço do protestantismo nestas regiões; (SIMÕES, 2009 P.10).

espera da mulher no lar, sua atitude social deve ser uma projeção da boa dona de casa, Monteiro (2012) ilustra esta posição quando afirma que embora a figura da mulher e da mãe tenham progredido rapidamente conseguindo um espaço social se espera que este espaço seja utilizado para praticar a caridade e a filantropia principalmente pelas mulheres da burguesia.

Já as mulheres de classe mais baixa trabalharam nos mais variados cargos, como costureira, fiandeira, fabricante de botões ou de rendas, lustra-móveis de metais, criada de lavoura, criada caseira ou ama, mas sem visibilidade, ou seja, sem ser vista pelos seus determinados valores e mal remuneradas.

Percebe-se com a reforma de Marquês de Pombal, as meninas tiveram acesso à escola abrindo oportunidade no mercado de trabalho para as mulheres: o magistério um nome dado para o cargo de professor, envolvendo todo o seu exercício dentro desta profissão, desta forma as mulheres começam a ingressar no âmbito intelectual, tendo uma profissão.

Será justamente sobre este terreno tão arenoso que a classe feminina oferecerá os principais passos na institucionalização de um ensino efetivamente validado que não a designasse exclusivamente ao espaço doméstico, sendo possível ingressar nos cursos profissionalizantes tendo oportunidade imediata no mundo do trabalho (SANTANA, 2014).

Neste mundo de trabalho predominante masculino uma das profissões que mais rapidamente abriram espaço para a atuação feminina foi a do magistério. Aspectos tidos como femininos como sua fragilidade e sensibilidade eram tidos no magistério como positivos e a mulher teve na atuação pedagógica, em muitos casos, a única possibilidade de escapar ou pelo menos minimizar a tutela da família.

O aumento de professoras efetivas na escola pública ocorreu durante o século XIX quando os dados estatísticos afirmaram que havia uma menina para cada três estudantes, nos colégios públicos, desta forma no final do século XIX a invenção das escolas mistas conduzidas por educadoras no fim do Império aumentaram o contrato de mulheres regulamentado o caminho do magistério (STAMATTO, 2002).

Santana (2014) confirma que na educação de crianças havia uma predominância do elemento feminino enquanto os homens seguiam para estudos

posteriores maiores e mais aprofundados. Somente as mulheres de classe média e alta da época, filhas dos proprietários de engenho, poderiam ter acesso à educação embora quanto mais aumentava o número de alunos matriculados nas escolas primárias mais aumentava a necessidade de professoras.

Uekane (2010) acrescenta também que este aumento se deve a entrada de meninas nas escolas, o que exigia maior presença de mestras que começavam a se mostrar mais competentes dos que seus pares masculinos.

Desta forma as mulheres começam a ingressar efetivamente nos cursos de segundo grau chamado escola normal, dando os primeiros passos para ingressar no mundo do trabalho e também nas esferas públicas tendo mais oportunidade dentro da sociedade a partir do ano 1870 do século XIX, para que pudessem ter melhor instrução e ingressar em uma carreira profissional.

Percebe-se que a classe feminina começa a ganhar espaço dentro da sociedade com sua ação educativa, além disso, o magistério passou a ser visto como um prolongamento das funções maternas sendo aceitável como profissão da mulher.

Para esta autora, esse movimento daria origem a uma feminização do magistério – também observada em outros países, consequência de um processo de urbanização e industrialização que ao ampliar as oportunidades de trabalho para os homens abre espaço para o magistério.

Já tido como uma profissão tipicamente feminina a implantação das escolas normais seria para homens e mulher para que os mesmos pudessem atender as demanda escolar, porém aos poucos as instituições estavam recebendo mais mulheres do que homens, desta forma a ação da feminização do magistério observou que a não participação da classe masculina no magistério significava abandono de carreira em busca de cargo melhor e que fosse mais bem remunerado.

Este processo, contudo, não veio de maneira sem polêmicas, ambiguidades e retrocessos já que segundo a referida autora havia uma desconfiança da atuação feminina no magistério de decorrência dos seus cérebros frágeis, e perigosos, ao mesmo tempo que outra linha de pensamento as apontavam perfeitas para tal desempenho por terem uma natureza dócil e própria a maternidade, ideias que subsistem, diga-se de passagem até hoje (STMATTO 2002)

A representação da classe feminina responsáveis pela educação dos homens, como mães e educadoras dos filhos e do marido ia ao embate dos ensinamentos civilizados que afirmava a obrigação de construir um povo direcionada a melhoria, para conceber grandes nações, para que fosse exemplo de um projeto educacional.

Para Monteiro (2012) seria uma inclinação natural em que cada aluno devia ser visto como um filho espiritual. As mulheres traziam, por natureza, uma dedicação para com crianças por serem as primeiras e naturais educadoras, nada mais certas do que lhes acreditar que as mulheres seriam excelentes professoras.

Se a maternidade era o destino primordial da fêmea, o magistério simularia uma influência dessa maternidade, representado como um ato de amor, de carinho paciência, afetividade, doação, para com as crianças.

Tais ideias e justificativas se no início ajudaram a romper com alguns preconceitos cérebros frágeis e perigosos marcaram a atuação pedagógica feminina como uma condição consequência natural de ser mulher impedindo esta profissional de se pensar exatamente como deve ser pensada a magistratura como uma profissão que exige o que todas as outras profissões exigem: dedicação, conhecimento técnico, e competência.

Desde então no século XX, as constantes mobilizações, apresentam mais conhecimento que concretiza participação da mulher nos colégios, entre outros órgãos públicos.

Santana (2014) estabelece que apesar do trabalho de educadora não poder ser dissociado da sua condição de mulher constitui a gênese do processo de reivindicação e conquistas dos direitos trabalhistas equiparados aos dos homens.

Assim a tarefa da educadora do século XXI, é sem perder sua condição de mulher reivindicar sua condição de profissional da educação pela sua competência profissional e não pelo seu gênero sexual.

4 OS AVANÇOS LEGAIS E SOCIAIS A PARTIR DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Nos tópicos anteriores foi apresentado como cultura, condições sociais e educação se influenciam e influenciam a ação da mulher. Este capítulo apresenta esta ação a partir da Revolução Industrial⁷. Tourinho (2012 p.4): Afirma que “Foi na Revolução Industrial que a mulher começou a aparecer no mercado de trabalho com uma atividade assalariada, exercendo funções principalmente na indústria têxtil”, e o fato da mulher deixar de exercer essas funções era visto como algo ruim para a sociedade, já que como foi visto nesta pesquisa a mulher esteve confinada nos ambientes privados, sendo encarregada aos trabalhos domésticos acumulando funções de ser mãe e a submissão ao marido e as raras e honrosas exceções eram a confirmação da regra que lugar de mulher era na cozinha.

Este aumento do espaço não se deu gratuitamente ou como resultado de uma melhor proposta educacional, como na maioria dos casos de mudança social o que aconteceu foi uma mudança social, uma demanda específica e só depois uma resposta educacional. Gaspari (2003, p.72): Afirma que “A sociedade industrializada necessitava de mão-de-obra para os diferentes campos de trabalho que se abrem e percebem o significado da inserção da mulher”.

Somente pela necessidade de mão de obra é que a mulher como uma classe pode sair do seu ambiente pré-determinado: o lar. Esta percepção é tão forte e tão enraizada na cultura da época que Pedro e Guedes (2010) afirmam que no código civil de 1830 admitia-se o assassinato de mulheres adúlteras, não havendo nenhuma punição para o cônjuge, Era o que popularmente era chamado de lavar a honra privilégio este concedido apenas aos maridos e nunca as esposas traídas. Foram necessários 86 anos para que a legislação de 1916 alterasse este entendimento, considerando a adultério como um motivo para o desquite, medida implantada não por uma revalorização da figura feminina, mas para atender a um novo posicionamento da mulher no mercado de trabalho, porém, esta mesma

⁷ Na Inglaterra, o processo de Revolução Industrial teve início em meados do século XVIII, espalhando-se pela Europa neste mesmo período. No Brasil este desenvolvimento industrial aconteceu nas décadas de 30 e 40 do séc XX no final da República das Oligarquias. O governo de Getúlio Vargas, que teve início em 1930, incentivou o desenvolvimento do setor industrial nacional no país. Foi a partir da década de 1930 que o Brasil começou a mudar seu modelo econômico de agrário-exportador para industrial. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/revolucao_industrial_brasil.htm> Acesso em: 31 maio 2017.

legislação previa a mulher para poder trabalhar fora, sendo ela pobre ou rica, deveria pedir permissão do marido, isto para que sua ausência não provocasse um desgaste na família.

Esta “saída do lar” através de uma necessidade do mercado foi um caminho sem volta e estas novas conquistas tiveram que ser amparados com uma revisão nas leis. De acordo com Tourinho (2012, p.5): “O crescimento da mulher no mercado de trabalho pode ser percebido nas mais diversas áreas da sociedade, onde tem conquistado direitos sociais políticos e econômicos, tal qual os homens já o fazem”.

Em âmbito mundial um dos marcos desta luta foi a aprovação pela Organização das Nações Unidas⁸ de uma diretriz que elimina todas as formas de discriminação contra a mulher em todos os países signatários em 1979. Este gesto é muito mais simbólico que efetivo, já que a ONU não tem nenhuma forma coercitiva sobre como as nações, mesmo as que fazem parte de sua associação, administram suas questões internas.

O Brasil, como um dos seus signatários, ratificou o acordo, mas teve que lutar contra sua própria legislação ultrapassada principalmente depois das mudanças sociais que resultaram na modernização e da industrialização pós-1930.

A Constituição Federal de 1969, ainda trazia a marca de uma sociedade machista que via a mulher apenas como um objeto a tal ponto que explicitava que era seu dever prestar serviços sexuais quando e como o seu parceiro determinasse. Somente na Constituição de 1988 é que, pela primeira vez, se estabelece legalmente que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações embora o que é dito na lei não se na cumpra na prática. (PEDRO E GUEDES 2010).

Foi necessária uma comoção nacional para que se desse mais um passo em prol de uma igualdade entre homens e mulheres e a penalização de agressores que foi a lei Maria da Penha nº 11.340/2006 é segundo a ONU uma das três melhores do mundo no que diz respeito à proteção da mulher.

⁸ ONU é a sigla para Organização das Nações Unidas, que é uma organização internacional com o objetivo de facilitar a cooperação em termos de direito e segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e da paz mundial. A ONU foi fundada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de deter as guerras entre os países e para facilitar diálogo entre os mesmos. Disponível in: <https://www.significados.com.br/onu/>

Maria da Penha Maia é uma mulher real, farmacêutica e bioquímica, que sofreu violência doméstica durante 23 anos. Em 1983, o marido tentou assassiná-la por duas vezes. Na primeira vez, com um tiro de arma de fogo, deixando Maria da Penha paraplégica. Na segunda, ele tentou matá-la por eletrocussão e afogamento após essa tentativa de homicídio, a farmacêutica tomou coragem e o denunciou o marido foi punido somente após 19 anos após a lei Maria da Penha nº 11.340/2006.

Sua aplicação vale também para casais de mulheres e transexuais e vão além da proteção contra a violência física, casos sofrimento psicológico, violência patrimonial e violência sexual que estabelece como violência o ato não consentido, ou de impedir a mulher de gerenciar o seu próprio corpo. (BORIN 2007)

Estas últimas conceituações apesar de teóricos apontam para um novo modelo relacional. A violência patrimonial que é entendida como a destruição ou subtração dos bens, recursos econômicos ou documentos pessoais resgata a dignidade jurídica feminina, a mulher passa a ser diante da justiça um indivíduo capaz de administrar o seu bens e com capacidade de resguarda-los.

A violência sexual é entendida simplesmente como um ato sexual não consentido ou o impedimento da mulher de usar métodos contraceptivos. Quanta diferença da constituição de 1969 que a mulher era obrigada a prestar favores sexuais ao seu marido independente de sua vontade, depois da Lei Maria da Penha um marido pode ser acusado de estuprar a esposa, desde que ela não queria consentir no ato sexual, o segundo termo oficializa a mulher o direito de escolha da maternidade, ou seja, devolve a mulher sua integridade como pessoa (PEDRO E GUEDES 2010).

Embora a Lei Maria da Penha tenha surgido com intuito de proteção à mulher e combate à violência doméstica, a legislação ainda hoje, não se concretizou. Porém, é fato a importância da Lei para se ter melhoria na sociedade, a fim de diminuir um pouco a desigualdade de gêneros.

As mudanças que vão ocorrendo na sociedade são sabidas que dentre elas uma que é fortemente percebida é ampliação da mulher no mundo do trabalho, aonde as mesmas vêm crescendo ativamente em nível de qualificação técnica profissional e intelectual, assim sendo um tema bastante importante a ser estudado, visto que o que se percebe é que mesmo as mulheres que tiveram oportunidade de

reivindicar os seus direitos através da educação, ainda existem mulheres subordinadas e restritas a ter um cargo menos elevado dentro de uma empresa, o que leva a crer que algumas dificuldades ainda subsistem com relação à ascensão feminina.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a construção do trabalho. É necessário destacar a importância da utilização de métodos para elaboração de um trabalho científico, porém a pesquisa procurou responder a seguinte questão: como a educação auxilia na conquista dos direitos da mulher na sociedade atual?

Para responder a esta questão optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa de análise bibliográfica, ou seja, pesquisas em livros, artigos e periódicos, com o objetivo de fundamentar as teorias como base para a realização da escrita do trabalho. Isso garantirá credibilidade na pesquisa, pois estará sendo elaborado a partir de fontes seguras, que já foram publicadas, tendo a comprovação de algumas teorias.

Segundo Marconi Lakatos (2011, p. 271) na metodologia qualitativa [...] “não se admite regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação”.

Sendo assim, a classificação dessa pesquisa tem por natureza básica ou pura, ou seja, tem como objetivo a elaboração de novos conhecimentos de relevância para o avanço do conhecimento, com aplicação teórica que envolve o interesse de todos. Para que seja uma pesquisa confiável foi necessária a utilização de materiais científicos, os quais possuem informações organizadas, sendo fontes confiáveis para que o trabalho mostre a realidade atual da educação da mulher, desta forma garantindo visibilidade e credibilidade no trabalho.

Deste modo, a presente pesquisa é de suma importância, pois este trabalho servirá como fonte de aquisição e subsídios que irá auxiliar no dia-a-dia da mulher, seja ela profissional ou até mesmo aquelas que não exercem carreira de trabalho, como a melhor maneira de entender o trajeto da mulher na educação brasileira, e as conquistas que elas obtiveram ao longo dos séculos.

O trabalho também proporcionou, acerca da temática, a qual a mulher se encontra em nível de educação, a qual a mesma vem percorrendo o trajeto em busca de seus direitos e de uma melhor qualidade de vida. A cada dia, as mulheres vêm enfrentando preconceitos por parte da sociedade, tanto de homens quanto de

mulheres que ainda se sentem incapazes de se auto realizar como mulher dependente.

Além disso, os objetivos gerais tem como intuito o desenvolvimento de uma pesquisa contínua, ou seja, esse estudo proporcionará estudos posteriores relacionados a essa temática. Também possui um caráter explicativo, pois procura de maneira articulada explicar fatores e fenômenos por meio racional e comprovações mediante a presente pesquisa.

Contudo, a pesquisa possui vantagens e benefícios, informações sobre a atual conjuntura da mulher como estudante e como profissional da educação, e também proporcionou maiores conhecimentos sobre como é constituída a formação da classe feminina, e as oportunidades de trabalho que são oferecidas nos dias atuais em pleno século XXI.

Sendo assim, os dados analisados são destinados ao público em geral, como professores, alunos, pais, gestores, coordenadores, entre outros. Sendo que o principal objetivo é como a educação auxilia na conquista dos direitos das mulheres na sociedade atual. Assim terá como real benefício de investigação a formação da mulher a partir de novas informações sobre a atuação das mesmas no mercado de trabalho.

6 CONCLUSÃO

Tem-se analisado a desigualdade e o preconceito que decorre do conflito entre homens e mulheres e a marginalização a que estas são submetidas por uma escolarização deficitária, desde o período colonial até o século XXI, este déficit afastou a mulher posições na produção do conhecimento e da capacidade de gerenciamento que agora a partir da última década do séc. XX em que o ensino vem sendo ofertado de forma democrática e indiscriminada possibilitando o surgimento de profissionais de alta qualidade e competência, não por serem de um ou outro sexo, mas simplesmente por serem profissionais.

Embora as relações de poder ainda mantem as mulheres ausentes na participação ativa de alguns setores da sociedade, muito mais agora pelas personalidades da autoridade que pela legalidade (como é o caso das declarações do presidente Temer sobre o assunto) são defendidos novos padrões ação feminina, com base nas modificações que vão acontecendo ao longo dos séculos a qual as mulheres propiciam de seus direitos em busca de igualdade de gênero.

As feministas radicais ainda insistem em antepor homens contra mulheres, porem uma nova concepção de relação começa a brotar tanto entre homens e mulheres que se debruçam sobre este assunto: Um discurso de completitude onde cada um dos personagens agrega com seus valores e conhecimentos algo em busca de uma meta a ser atingida por ambos, que em plano micro e pessoal pode ser a educação mais humana e igualitária dos seus filhos e em plano macro a administração dos recursos planetários.

Há um esforço maior para construir modelos mais complexos de produtividade onde as mulheres e homens ocupando mesmo cargo dentro de uma mesma empresa, possam discutir suas possíveis desigualdades salariais e funcionais.

Sendo assim foram apresentados de maneira bem resumida análise de conceitos e preconceitos estabelecidos sobre o papel social da mulher. Nesse contexto, procuramos argumentar sobre a importância de um estudo sobre as mulheres na sociedade, interligado a ação do homem com relação à formação organizacional das mulheres.

Pode-se afirmar que a relação de gênero está relacionada a constituições sociais que permeiam a vivência de ambos os sexos. Desta forma todas as construções são de ideias que privilegiam determinado gênero, ou orientação sexual em detrimento de outro gênero, com a definição de sexo como justificativa, isto precisa mudar.

Esperamos que um número, cada vez maior de pessoas possa reconhecer que existem mudanças imprescindíveis e possíveis para acontecer, objetivando que os seres humanos possam proferir uma vivência recíproca inclusiva. Onde homens e mulheres possam compreender suas vidas por uma visão mais extensa, para que a partir daí, consigam participar das mais variadas formas de educação para um futuro sustentável e igualitário.

A pesquisa ainda identificou como a educação auxilia na conquista dos direitos das mulheres, podendo atuar em qualquer setor público dentro da sociedade. Dessa forma, analisou a importância da escolarização para a formação educacional e capacitação na vida profissional da mulher.

REFERÊNCIAS

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, V. 3, n. 1, p. 19-30, 2015. Disponível em: <<http://www.google.com.br/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **Nova Enciclopédia de Biografias**. Rio de Janeiro: Planalto Editorial, 1979. v. 1. p.120.

BORIN, thaisa Belloube. **Violência Doméstica contra a Mulher: Percepções sobre violência em mulher agredidas**. 2007.146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Faculdade de Filosofia Ciência e letras, de Ribeirão preto USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>> Acesso em: 17 fev. 2017.

CRAVO, Luiz. A Influência da Mulher na Independência. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. 18, p. 9-17, 1973.

CURY, Carlos Roberto Jamil; **Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente: Revista Brasileira de Educação**, V.19, n.27, p. 183-213, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 31 Maio. 2017.

DUARTE, Constância lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Revista estudos avançados**, V.17 N. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** 26ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar,1986.

LIMA, Igor Renato de Machado. **O fio e a trama: Trabalho e negócio femininos na vila de São Paulo.** 2006.170 f. Dissertação (Mestrado em história)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, de São Paulo USP, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>> Acesso em: 17 fev. 2017.

MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil.** 1726- 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. História Social da Infância no Brasil. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTEIRO, Ivanilde Alves. A mulher na História da Educação Brasileira: Entraves e Avanços de uma Época. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, IX., 2012 João Pessoa: Anais... Universidade Federal da Paraíba: Unicamp, 2012.p.3069-3094. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br />](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/). Acesso em: 15 mar. 2017.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, I. 2010 Londrina: Anais... Universidade Estadual de Londrina, Renata Gonçalves, 2010. P 1-10. Disponível em: <[http://www.uel.br\](http://www.uel.br/)>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

PILETTI Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação.** São Paulo, Ática, 1990.

PRIORE, Mary, Del. **A mulher na historia do Brasil.**4ª. ed. São Paulo: 1994.

SANTANA, Ramon Ferreira. A instrução da fêmea: A educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista tempos e espaço em educação**, v.7, n. 12, p.137-150, 2014. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SILVA, Marcelo Melo da. **O Feminismo no Recife e a questão do voto (1931-1934):** um debate historiográfico, v.19, n.37, p. 1-19, 2014. Disponível em: <[https://www.ufpb](https://www.ufpb.br/)>. Acesso em: 31 Maio 2017.

SILVA, Maria da Conceição Fonseca. **Memória, mulher e política:** Do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras. In: I Tasso, and Navarro, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas, I., 2012 Maringá: Universidade de Maringá: 2012. Disponível em: <[https://www. books.scielo.org](https://www.books.scielo.org/)>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

SIMÕES, Pedro Bandeira; Reforma Religiosas : Reforma e contra reforma: **Revista Ministério da educação** , V.19, n.37, p. 1-19, 2009. Disponível em:

<https://professorpedro.files.wordpress.com/2009/01/10_pp_reformacontrareforma.pdf>. Acesso em: 31 Maio. 2017.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.15, 2000. Disponível em: <<https://www.http://www.scielo.br>>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Um olhar na história: A mulher na escola (Brasil: 1549 – 1910). In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, II. 2002 Paris: Anais... Programa de Pós-Graduação UFRN, Hachette, 2002. p. 2-11. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação**: um manual para educador. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TOURINHO, Cristiane Prado. Ascensão Profissional da mulher: Um estudo do Banco dos Corais S.A. 2012 f. Especialização (Pós Graduação em Administração da Escola) – Universidade Federal de Administração, do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br>> Acesso em: 17 fev. 2017.

UEKANE, Marina Natsume; “mulheres na sala de aula”: um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888). **Revista Gênero**, V.11, n. 1, p. 35-64, 2010. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/>>. Acesso em: 09 Abr. 2017.

VALENTIN, Ismael Forte. A Reforma Protestante e a educação: **Revista de Educação do Cogeime**, v.19, n.37, p. 59-70, 2010. Disponível em: <<http://www.ipbg.org.br/>>. Acesso em: 31 Maio 2017.